

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS –
Sicredi Região Centro RS
Santa Maria – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS – Sicredi Região Centro RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS – Sicredi Região Centro RS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2016



Marcela Mies Laino
Contador - CRC- RS 074.511/O-4
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 1.003.850 mil, aumento de 10,52% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 548.976 mil, com evolução de 4,95% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 494.134 mil, representando 87,83% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 50.851 mil, compondo 9,04% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 17.613 mil ou 3,13% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 722.248 mil em dezembro de 2015, com incremento de 12,74% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 452.829 mil, com crescimento de 16,27% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de -8,20% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 76.826 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 191.201 mil, tendo um aumento de 15,09% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	832.616	745.206	CIRCULANTE	363.838	355.201
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	9.623	10.851	DEPÓSITOS (NOTA 10)	115.959	120.979
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	405.485	336.263	Depósitos à Vista	76.826	83.684
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3	27	Depósitos a Prazo	39.133	37.295
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	288	153	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	196.175	189.059
Correspondentes no país	1.945	2.429	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	425	37
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	403.249	333.654	Repesses Interfinanceiros (NOTA 11)	195.750	189.022
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	394.607	379.621	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.392	1.319
Operações de Crédito	418.942	399.223	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.392	1.319
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.335)	(19.602)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	13.787	12.437
OUTROS CRÉDITOS	20.930	16.645	Empréstimos País - Outras Instituições	13.787	12.437
Créditos por Avals e Fianças Honorados	455	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.525	31.407
Rendas a Receber	2.893	2.562	Cobrança e Arrecadação de Tributos	98	76
Créditos Específicos	494	436	Sociais e Estatutárias	5.426	3.723
Diversos (NOTA 07)	18.611	14.731	Fiscais e Previdenciárias	3.758	2.301
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.523)	(1.084)	Diversas (NOTA 13)	27.243	25.307
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.971	1.826	NÃO CIRCULANTE	448.811	386.942
Outros Valores e BENS	2.432	1.961	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	448.811	386.942
(Provisão para desvalorização)	(516)	(194)	DEPÓSITOS (NOTA 10)	413.696	352.183
Despesas Antecipadas	55	59	Depósitos a Prazo	413.696	352.183
NÃO CIRCULANTE	171.234	163.071	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	23.301	23.165
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	117.797	115.303	Repesses Interfinanceiros (NOTA 11)	23.301	23.165
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	995	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.814	11.594
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	995	-	Diversas (NOTA 13)	11.814	11.594
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	116.075	114.508	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	191.201	166.134
Operações de Crédito	130.034	123.862	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	78.856	73.981
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.959)	(9.354)	De Domiciliados no País	78.897	74.095
OUTROS CRÉDITOS	727	719	(Capital a Realizar)	(41)	(114)
Diversos (NOTA 07)	727	719	RESERVAS DE SOBRAS	102.976	83.173
OUTROS VALORES E BENS	-	76	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.369	8.980
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	-	76			
PERMANENTE	53.437	47.768			
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	34.175	29.640			
Outros Investimentos	34.175	29.640			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	13.236	13.760			
Imóveis de Uso	2.016	2.015			
Outras Imobilizações de Uso	22.923	21.420			
(Depreciação acumulada)	(11.703)	(9.675)			
INTANGÍVEL (NOTA 09b)	6.026	4.368			
Outros Ativos Intangíveis	10.385	7.795			
(Amortização acumulada)	(4.359)	(3.427)			
TOTAL DO ATIVO	1.003.850	908.277	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.003.850	908.277

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	59.181	2	59.183	112.923	3	112.926	80.744	2	80.746
Operações de Crédito	59.128	2	59.130	112.836	3	112.839	80.741	2	80.743
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	46	-	46	60	-	60	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	27	-	27	3	-	3
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(52.874)	(708)	(53.582)	(90.055)	(1.123)	(91.178)	(49.499)	(633)	(50.132)
Operações de Captação no Mercado	(26.542)	(29)	(26.571)	(47.836)	(48)	(47.884)	(28.389)	(18)	(28.407)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.255)	(679)	(8.934)	(15.577)	(1.075)	(16.652)	(9.612)	(615)	(10.227)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.077)	-	(18.077)	(26.642)	-	(26.642)	(11.498)	-	(11.498)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.307	(706)	5.601	22.868	(1.120)	21.748	31.245	(631)	30.614
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.972	4.980	6.952	1.286	9.476	10.762	(11.407)	4.949	(6.458)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.023	5.486	9.509	8.395	10.383	18.778	7.523	7.386	14.909
Rendas de Tarifas Bancárias	3.920	-	3.920	7.223	-	7.223	4.733	1	4.734
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(16.275)	(1.266)	(17.541)	(30.726)	(2.002)	(32.728)	(20.220)	(1.260)	(21.480)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(11.409)	(1.574)	(12.983)	(20.515)	(2.560)	(23.075)	(14.462)	(2.955)	(17.417)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(19)	(266)	(285)	(51)	(503)	(554)	(29)	(352)	(381)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	30.721	3.132	33.853	53.501	4.964	58.465	26.904	2.681	29.585
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(8.989)	(532)	(9.521)	(16.541)	(806)	(17.347)	(15.856)	(552)	(16.408)
RESULTADO OPERACIONAL	8.279	4.274	12.553	24.154	8.356	32.510	19.838	4.318	24.156
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(480)	(8)	(488)	(585)	(12)	(597)	(40)	(7)	(47)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.799	4.266	12.065	23.569	8.344	31.913	19.798	4.311	24.109
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(1.283)	(1.283)	-	(2.813)	(2.813)	-	(1.488)	(1.488)
Provisão para Imposto de Renda	-	(756)	(756)	-	(1.704)	(1.704)	-	(905)	(905)
Provisão para Contribuição Social	-	(527)	(527)	-	(1.109)	(1.109)	-	(583)	(583)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.799	2.983	10.782	23.569	5.531	29.100	19.798	2.823	22.621
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.376	(4.376)	-	2.721	(2.721)	-
RESULTADO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	22.519	102	22.621
SOBRAS DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	-	-	-	6.597	-	6.597
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.799	2.983	10.782	27.945	1.155	29.100	29.116	102	29.218
DESTINAÇÕES	-	-	-	(18.580)	(1.155)	(19.735)	(20.136)	(102)	(20.238)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.339)	-	(1.339)	(1.283)	-	(1.283)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(1.155)	(1.155)	-	(102)	(102)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.061)	-	(16.061)	(15.394)	-	(15.394)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.180)	-	(1.180)	(3.459)	-	(3.459)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.365	-	9.365	8.980	-	8.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro

CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	48.696	41.614	-	5.685	95.995
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	5.685	-	(5.685)	-
Saldo de Incorporação	23.808	17.017	4	6.597	47.426
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.047	-	-	-	3.047
Baixas de capital	(1.570)	-	-	-	(1.570)
Resultado do período	-	-	-	22.621	22.621
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(1.283)	(1.283)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(102)	(102)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	15.394	-	(15.394)	-
Outros eventos	-	3.459	-	(3.459)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	73.981	83.169	4	8.980	166.134
Mutações do Período	25.285	41.555	4	3.295	70.139
Saldos no início do período em 01/01/2015	73.981	83.169	4	8.980	166.134
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.362	-	-	(6.345)	(983)
Destinações para reservas	-	2.566	-	(2.566)	-
Outras destinações	-	-	-	(69)	(69)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.182	-	-	-	2.182
Baixas de capital	(2.669)	-	-	-	(2.669)
Reversões de reservas	-	-	(4)	4	-
Resultado do período	-	-	-	29.100	29.100
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.339)	(1.339)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(1.155)	(1.155)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.061	-	(16.061)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.180	-	(1.180)	-
Outros eventos	-	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	78.856	102.976	-	9.369	191.201
Mutações do Período	4.875	19.807	(4)	389	25.067
Saldos no início do período em 01/07/2015	79.263	85.735	4	18.318	183.320
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.165	-	-	-	1.165
Baixas de capital	(1.572)	-	-	-	(1.572)
Reversões de reservas	-	-	(4)	4	-
Resultado do período	-	-	-	10.782	10.782
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.339)	(1.339)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(1.155)	(1.155)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.061	-	(16.061)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.180	-	(1.180)	-
Outros eventos	-	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	78.856	102.976	-	9.369	191.201
Mutações do Período	(407)	17.241	(4)	(8.949)	7.881

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro
CNPJ/MF nº 95.594.941/0001-07

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.175	38.795	31.782
Resultado do exercício	10.782	29.100	29.218
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.393	9.695	2.564
(Reversão) Provisão para operações de crédito	8.920	9.338	1.877
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	328	322	6
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	264	439	107
Depreciação do imobilizado de uso	1.129	2.248	1.102
Amortização do intangível	556	932	894
Baixas do ativo permanente	46	77	129
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(100)	(351)	275
Destinações ao FATES	(2.494)	(2.494)	(1.385)
Dividendos SicrediPar	(1.256)	(816)	(441)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	30.096	41.030	33.436
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	7.067	24	(108)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	140	(135)	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(848)	484	265
(Aumento) Redução em operações de crédito	(68.100)	(25.891)	(32.813)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	59.302	7.252	15.172
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.850)	(3.917)	(2.513)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(134)	(392)	335
Aumento (Redução) em depósitos	23.063	56.493	49.695
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	561	73	146
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	581	1.350	3.463
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.039)	(1.539)	(69)
(Redução) Aumento em outras obrigações	12.353	7.228	(137)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	48.271	79.825	65.218
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(546)	(995)	-
Aquisição de Investimentos	-	(4.534)	(3.405)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.133)	(1.798)	(1.970)
Aplicações no Intangível	(1.193)	(2.592)	(1.490)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.872)	(9.919)	(6.865)
Integralização de capital	1.165	2.182	3.980
Baixa de capital	(1.572)	(2.669)	(2.055)
Distribuição de Sobras	-	(1.052)	(5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(407)	(1.539)	1.920
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	44.992	68.367	60.273
Caixa e equivalente de caixa no início do período	367.880	344.505	284.232
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	412.872	412.872	344.505

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/04/1970 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 3 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	9.623	10.851
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	403.249	333.654
Total	412.872	344.505

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	995	995	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	995	995	-

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	191.435	81.511	272.946	251.706
Financiamentos	26.133	23.845	49.978	53.733
Financiamentos rurais e agroindustriais	201.374	24.678	226.052	217.646
Carteira total	418.942	130.034	548.976	523.085

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.347	32.904	59.273	50.661	148.185	155.727
Rural	1.361	19.476	180.537	24.678	226.052	217.646
Industrial	853	10.461	7.524	16.110	34.948	27.082
Comércio	1.897	28.785	37.196	29.296	97.174	89.353
Outros Serviços	868	11.527	20.933	9.289	42.617	33.277
Total	10.326	103.153	305.463	130.034	548.976	523.085

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	183.971	90.197	920	451
Nível B	1,00	223.339	185.132	2.233	1.851
Nível C	3,00	86.824	210.708	2.605	6.321
Nível D	10,00	21.943	20.531	2.194	2.053
Nível E	30,00	11.067	8.090	3.320	2.427
Nível F	50,00	12.451	3.950	6.226	1.975
Nível G	70,00	5.390	2.075	3.773	1.452
Nível H	100,00	17.613	12.626	17.613	12.626
Total (i)		562.598	533.309	38.884	29.156

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 0,76% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	455	-	455	-
Devedores por compra de valores e bens	397	726	1.123	1.428
Títulos e créditos a receber	12.042	2	12.044	8.796
Total	12.894	728	13.622	10.224

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	193	-	193	173
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.711	-	2.711	2.912
Devedores por compra de valores e bens	397	725	1.122	1.428
Devedores por depósitos em garantia	75	-	75	408
Impostos e contribuições a compensar	17	-	17	18
Títulos e créditos a receber	12.042	2	12.044	8.796
Devedores diversos - País (ii)	3.176	-	3.176	1.715
Total	18.611	727	19.338	15.450

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 2.711 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 2.669 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) A conta Devedores Diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Valores honrados	1.169	675
Pendência - processos centralizados	652	91
Cotas de consórcio	267	278
Compensação a Regularizar	416	2
Estabelecimento credenciado cartão múltiplo a receber	-	202
Outros devedores	311	66
Sobras orçamentárias a receber Central	158	45
Estabelecimento credenciado cartão múltiplo a receber	-	202
Outros	203	154
Total	3.176	1.715

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	1.003	968
Veículos e afins	263	301
Máquinas e equipamentos	229	134
Bens em regime especial	937	552
Outros bens não de uso próprio	-	6
Subtotal Bens não de uso próprio	2.432	1.961
Despesas antecipadas	55	135
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	- 516	- 194
Total Outros Valores e Bens	1.971	1.902

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 516 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	17.828	16.649
Sicredi Participações S.A. (i)	16.330	12.974
Outras Participações e Investimentos	17	17
Sicredi Fundos Garantidores (i)	5	5
Outras Participações	12	12
Total	34.175	29.640

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	5.296.166 ON 11.033.304 PN	4.207.957 ON 8.766.202 PN	5 Quotas	5 Quotas	17.827.556 Quotas	16.648.663 Quotas
Percentual de participação	2,03%	1,70%	3,62%	3,68%	5,21%	4,92%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	16.330	12.974	5	5	17.828	16.649

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	1.615	-	1.615	868
Terrenos	-	11	-	11	11
Edificações	4%	2.004	- 814	1.190	1.273
Instalações	10%	10.048	- 3.660	6.388	7.198
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.309	- 2.401	1.908	2.153
Sistema de comunicação	10%	241	- 148	93	88
Sistema de processamento de dados	20%	5.777	- 4.181	1.596	1.836
Sistema de segurança	10%	313	- 205	108	72
Sistema de transporte	20%	621	- 294	327	261
Imobilizado de Uso (i)	-	24.939	- 11.703	13.236	13.760

Intangível (ii)	10.385	- 4.359	6.026	4.368
Investimentos Confederação	10.288	- 4.262	6.026	4.366
Outros ativos intangíveis	97	- 97	-	2
Total	35.324	- 16.062	19.262	18.128

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			31/12/2014	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	76.826	-	-	76.826	83.684
Depósitos a prazo	21.894	17.239	413.696	452.829	389.478
Total	98.720	17.239	413.696	529.655	473.162

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	195.750	23.301	219.051	212.187	212.187
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	195.750	23.301	219.051	212.187	212.187
Total	195.750	23.301	219.051	212.187	212.187

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 10,5% a.a. com vencimento de 01/01/2016 até 15/06/2020.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	13.787	-	13.787	12.437	12.437
Cooperativa Central Sicredi	13.787	-	13.787	12.437	12.437
Total	13.787	-	13.787	12.437	12.437

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Cheques administrativos	2.360	-	2.360	4.613	4.613
Obrigações por convênios oficiais	8	-	8	9	9
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	842	-	842	733	733
Provisão para pagamentos a efetuar	6.446	-	6.446	5.645	5.645
Provisão para passivos contingentes (i)	4.708	-	4.708	3.773	3.773
Credores diversos - país (ii)	12.879	-	12.879	10.534	10.534
Outras dívidas subordinadas (iii)	-	11.814	11.814	11.594	11.594
Total	27.243	11.814	39.057	36.901	36.901

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 4.261 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	4.684	3.635
Agenda cartão Visa a pagar	4.414	3.178
Agenda Cartão Mastercard a Pagar	879	1
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	750	7
Contas a pagar - demais fornecedores	571	166
Contas a pagar - empresas do grupo	201	820
Obrigações nacionais Redecard - cartão Sicredi	252	963
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	66	236
Transitória contas a receber	6	129
Outros	1.056	1.399
Total	12.879	10.534

valores em milhares de Reais

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em julho de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	780	239	- 616	403
Cível	18	44	- 18	44
Tributária	18	-	-	18
Total	816	283	- 634	465

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	403	403	780
Trabalhista	Possível	550	-	-
Cível	Provável	44	44	18
Cível	Possível	25	-	-
Tributária	Provável	18	18	18
Tributária (i)	Possível	5.670	-	-
Total		6.710	465	816

valores em milhares de Reais

A provisão de contingência tributária de R\$ 18 mil está registrada como Provisão Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

(i) Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 11060.002305/2006-61 desde 04/10/2006 onde discute a incidência do tributo PIS e COFINS o qual encontra-se em fase de Recurso Voluntário tramitando junto ao 2º Conselho de Contribuintes, atingindo montante de R\$ 2.143 mil, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

Também, com a incorporação da Sicredi Vale do Camaquã em 2011, a Sicredi Região Centro assumiu o processo administrativo, nº 11060.002303/2006-72, de 26/09/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo PIS/COFINS. O processo encontra-se em fase de Recurso Voluntário tramitando junto ao 1º Conselho de Contribuintes, atingindo o valor de R\$ 1.035 mil, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	78.856	73.981
Total de associados	66.831	66.600

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do RGS - Sicredi Região Centro, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 60% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	403.249	333.654
Diversos	2.827	2.913
Investimentos (Nota 09a)	17.828	16.649
Intangível (Nota 09b)	6.026	4.366
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	13.787	12.437
Provisões para pagamentos a efetuar	502	394
Credores Diversos	190	818
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	46.884	22.369
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.706	854
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	643	510
Outros Dispendios Despesas Operacionais	9.043	9.978

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	117	0,15%	252
Pessoas físicas	117		252
Depósitos a prazo	2.772	0,61%	1.978
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.772		1.937
Operações de crédito	3.284	0,60%	5.078

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.808	1.348

valores em milhares de Reais

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 45.178 mil (R\$ 21.515 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 6.580 mil (R\$ 4.622 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 587 mil (R\$ 532 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 608 mil (R\$ 491 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 19 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	95.611	98.112
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	46.299	50.140
Pronaf	35.376	35.792
Procaminhoneiro	5.561	6.408
Outros	8.375	5.772
Coobrigações em cessões de crédito	334	409
Total	95.945	98.521

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADOS)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Luiz Alberto Machado Lopes
Diretor Executivo
CPF: 415.985.710-87

Simone Nunes Bopp
Diretor de Operações
CPF: 954.142.070-20

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72